

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A violência doméstica é um flagelo social que, apesar do investimento desenvolvido ao longo de décadas, quer pelas entidades públicas quer através do empenhamento da sociedade civil, resiste e persiste, fazendo diariamente vítimas, muitas delas mortais.

No combate e prevenção deste flagelo, a importância da formação especializada dos públicos estratégicos em matéria de violência doméstica é reconhecida como determinante para dotar estes agentes do conhecimento necessário ao cabal exercício das suas funções.

Neste domínio assume especial relevância a formação específica das magistraturas, bem como, das forças de segurança, tendo sido esta uma prioridade afirmada e implementada nos últimos anos, à qual deveria ser dada continuidade e que desejavelmente deveria ser reforçada e alargada.

Mas, ao contrário, aquilo a que se assistiu com a ação deste Governo foi a um desinvestimento na formação específica em violência doméstica dos elementos das magistraturas e das forças de segurança. Nos dois últimos anos, de acordo com os dados fornecidos pelo próprio Governo, houve uma evidente redução do número de formandos abrangidos, face ao patamar alcançado na anterior Legislatura.

Outro indicador deste desinvestimento é o facto da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade ter afirmado recentemente, em comunicado oficial, que “cerca de 60%” das esquadras da PSP e postos da GNR já estão dotadas de espaços específicos para atendimento às vítimas, quando na verdade, esse número, de acordo com os Relatórios Anuais de Segurança Interna, não registou qualquer crescimento desde o ano de 2015.

Acresce que é incompreensível o silêncio do Governo sobre esta matéria durante largos meses, como de resto foi sublinhado por organizações não-governamentais recentemente.

Sendo a Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa o membro do

Governo responsável pela coordenação das políticas públicas na área da prevenção e combate à violência doméstica, os Deputados/as do GP/PSD abaixo-assinados vêm, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, dirigir as seguintes perguntas:

- Quantas ações de formação específica de magistrados do Ministério Público e magistrados judiciais, em matéria de violência doméstica, foram efetivamente realizadas em 2018?
- Quantos magistrados participaram nestas ações de formação?
- Quantas ações de formação específica de magistrados do Ministério Público e magistrados judiciais em matéria de violência doméstica estão programadas até ao final do ano?
- Qual é o ponto de situação da aplicação do Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) em meio prisional?
- Quantas ações de formação específica de forças de segurança foram efetivamente realizadas em 2018?
- Quantos profissionais das forças de segurança foram envolvidos nestas ações de formação?
- Quantas ações de formação específica de elementos das forças de segurança em matéria de violência doméstica estão programadas até ao final do ano?

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2018

Deputado(a)s

TERESA MORAIS(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)